Sumário

Nota dos Coordenadores xv
Coordenadores xvii

A Proteção Jurídica do "Trade Dress" ou "Conjunto-Imagem" – *Cecília Manara* ... 1
1. Conceito e características 1
2. Regime de Proteção do "Trade Dress" ou Conjunto-Imagem 4
   2.1. Origem e Evolução 4
   2.2. O tratamento do tema no Direito Estrangeiro 7
3. A Proteção no Direito Brasileiro 10
4. A Posição Jurisprudencial Brasileira 16
5. Formas Alternativas de Proteção 19
   Referências Bibliográficas 19

Positivação e (in)Eficácia da Licença Compulsória Frente ao "Novo Bilateralismo" Comercial – *Daniela Vanila Nakalski Benetti* 21
1. A positivação da licença compulsória antes e após a vigência do TRIPS 21
2. A (in)eficácia do mecanismo da licença compulsória frente ao "novo bilateralismo" comercial para atender à demanda da saúde pública 26
3. Considerações finais 34
   Referências Bibliográficas 35

A Legalidade da Reprodução Integral de Obra Protegida por Direito de Autor para Uso Privado – *Diogo Dias Teixeira* 37
1. Introdução 37
2. A reprodução para uso privado 40
3. Limitação ou Função Social do Direito Autoral? 41
4. O cenário internacional e as propostas de alteração da Lei 9.610/98 45
5. Os mecanismos de gestão de direitos intelectuais e a cópia privada 48
6. Considerações finais 51
   Referências Bibliográficas 52

A Licença Compulsória sobre os Direitos de Tradução de Obras Literárias – *Eduardo Lycurgo Leite* 53
   Introdução 53
1. O Conceito de Direito do Autor 56
2. A Impossibilidade da Rigidez Autoral 57
3. O Princípio da Autorização Prévia e Expressa 60

4. O Direito de Tradução: Conceito e Conteúdo 60
5. Licenças Compulsórias: Modalidade de Exceção, Conceito e Finalidade 61
6. As Justificativas para a Licença Compulsória do Direito de Tradução 62
7. A Licença Compulsória do Direito de Tradução nas Convenções Internacionais .. 68
8. Carência para a Concessão da Licença Compulsória 71
9. Características da Licença Compulsória do Direito de Tradução 72
10. A Licença Compulsória de Tradução de Obras Escritas no Ordenamento Jurídico Brasileiro 72
11. A Licença Compulsória de Tradução na Argentina 75
12. Considerações Finais 75
Referências Bibliográficas 76

Titularidade e Liberdade no Uso de Idéias e Formatos na Propriedade Intelectual – *Eliane Yachouh Abrão* 81
1. Idéias e Formatos de Obras Intelectuais não são Apropriáveis 81
2. Idéias, Formatos, Métodos não Violam Direitos Autorais 83
3. Semelhança ou Imitação de Obras, por sua Gênese, não Constituem Violação de Direitos 84
4. A Questão Vista pela Jurisprudência 87
5. Síntese 88
Referências Bibliográficas 89

Política de Propriedade Intelectual e Inovação: A Gestão nas Universidades, o Contrato de Autores e Inventores, Termo de Sigilo e a Transferência de Tecnologia – *Elza Fernandes de Araújo, Elaine dos Santos Queiroga, Luciana Castro Groenner* 91
1. Introdução 91
2. Instituições Públicas de Ensino e Pesquisa 93
3. Termo de Sigilo 96
4. Contrato de Autores e Inventores 97
5. Contrato de Transferência de Tecnologia 98
6. Considerações finais 99
Referências Bibliográficas 100

Segredo de Empresa e Abuso de Poder Econômico: Abuso de Poder Econômico e Deslealdade Competitiva na Obtenção e Utilização Ilícita de Segredo de Empresa – *Fabiano Del Masso, Maria Lúcia de Barros Rodrigues* 101
1. A Importância da Proteção dos Segredos de Empresa 101
2. O Registro do Segredo de Empresa 103
3. As Formas Ilícitas de Concorrer 104
4. A Proteção dos Segredos de Empresa Contra os Atos de Deslealdade Competitiva 104
5. A Proteção dos Segredos de Empresa Contra os Atos de Abuso de Poder Econômico 106

Considerações Finais 107
Referências Bibliográficas 108

Biotecnologia e Sustentabilidade – *Gisele Ferreira de Araújo* 109
1. Introdução 109
2. O Desenvolvimento Sustentável 110
3. A Biotecnologia 110
4. Avaliação da biotecnologia no contexto da sustentabilidade 111
5. O Direito ambiental da Sustentabilidade, a propriedade intelectual e a Biotecnologia 113
6. Referências Bibliográficas 116

Ensaio sobre o Direito da Concorrência visto pelo Direito Autoral – *Helenara Braga Avancini* 117
Nota introdutória 117
1. Direito da Concorrência e Propriedade Intelectual 117
2. Direito da Concorrência: aspectos cruciais do Direito Autoral 120
3. Legislação Autoral e Concorrencial 121
4. Livre Concorrência e Direito Autoral 125
5. Sintomas da transformação do Direito Autoral 126
Referências Bibliográficas 128

Aspectos sobre Plágio – *Hildebrando Pontes Neto* 131
1. Introdução 131
2. Breves considerações 131
3. O plágio 133
3.1. Conceito 133
3.2. Direito de citação 135
3.3. Obras derivadas ou compostas 135
3.4. Consumação do plágio 136
4. Direito Moral e Direito Patrimonial 136
5. As infrações civis 139
6. A legislação brasileira 140
7. Plágio ou obra derivada 144
8. Considerações finais 146
Referências Bibliográficas 148

O Direito de Autor no Constitucionalismo Contemporâneo: Considerações Acerca de sua Função Social – *Jorge Renato dos Reis* 151
Introdução 151
1. O fenômeno da Constitucionalização do Direito Privado 151
2. A repersonalização do direito privado 153
3. O instituto da Função Social 154
4. A função social da propriedade 155

5. A proteção dogmática do Direito de Autor 156
6. A função Social do Direito de Autor 157
Considerações finais 159
Referências Bibliográficas 160

Dispositivos Tecnológicos de Protecção, Direitos de Acesso e Uso dos Bens – *José de Oliveira Ascensão* 163
1. A inadequação do Direito vigente à sociedade da informação 163
2. A nova política da Comissão Européia 165
3. O direito de acesso 166
4. O direito de uso dos bens culturais 169
5. Os limites dos direitos exclusivos 172
6. Os dispositivos tecnológicos de protecção 173
7. O âmbito das utilizações livres 175
8. A miragem das faculdades de utilização ressalvadas 176
9. O uso privado 177
10. O Direito Intelectual como Direito da Cultura? 178

As Indicações Geográficas no Tribunal de Justiça das Comunidades Européias – *Kelly Lissandra Bruch* 181
Introdução 181
1. Tribunal de Justiça das Comunidades Européias 182
1.1. A União Européia 182
1.1.1. Supranacionalidade 183
1.1.2. Primazia do Direito Comunitário 184
1.1.3. Aplicabilidade imediata das normas comunitárias 185
1.1.4. Aplicabilidade direta das normas comunitárias 186
1.1.5. Aplicabilidade direta do Direito Comunitário Primário 186
1.1.6. Aplicabilidade direta do Direito Comunitário Secundário 187
1.2. Estrutura jurisdicional da UE 187
2. Evolução Jurisprudencial das Indicações Geográficas 192
2.1. Princípio da livre circulação de mercadorias 192
2.2. A propriedade industrial na jurisprudência comunitária 195
2.2.1. Primeira fase 196
2.3. As indicações geográficas na jurisprudência comunitária 197
2.3.1. Segunda fase 197
2.3.2. Terceira fase 199
Considerações Finais 203
Referências Bibliográficas 204

Piratas ou Vítimas? Lei 9.609/98 *versus* Leis 8.884/94 e 8.078/90 – *Léo Iolovitch* 207
1. A importância do computador 207
2. O início da informática no Brasil 208
3. Os programas 208

4. Novas versões – atualização – obsolescência – compulsoriedade 208
5. A Lei nº 9.609/98 209
6. O que é "pirataria" 209
7. Sem opções diante do monopólio 210
8. Os programas são os que necessitamos? 211
9. O formato e os preços dos programas são corretos? 211
10. Piratas ou vítimas? 212
11. Abuso do poder econômico 212
12. Uma tentativa frustrada 213
13. Considerações finais e proposta 213
14. Anexo 214

A Função Social da Propriedade Industrial e o Licenciamento Compulsório de Medicamentos – *Lisier Bochehin* 217
Introdução 217
1. Função Social da Propriedade Industrial 218
2. O Licenciamento Compulsório de Medicamentos 222
Considerações Finais 225
Referências Bibliográficas 226

Titularidade da Obra Criada por Autor Empregado – *Luciano Andrade Pinheiro* 229
1. Introdução 229
2. A Titularidade 229
3. O Problema 231
4. Possível Solução 232
5. Considerações 234
Referências Bibliográficas 234

Aspectos Especiais dos Negócios Jurídicos de Bens Culturais – *Luiz Gonzaga Silva Adolfo* 237
1. Introdução 237
2. Aspectos dos Negócios Jurídicos 238
2.1. Requisitos de validade do Negócio Jurídico 238
3. Breve Caracterização dos Bens Culturais 242
4. Principais Aspectos dos Negócios Jurídicos dos Bens Culturais 252
4.1. O Direito Autoral como modelo 252
4.2. Negócios jurídicos de bens culturais 253
5. Considerações Finais 256
Referências Bibliográficas 257

Cópia Privada: Direito de Autor e Interesse Público – *Manoel J. Pereira dos Santos* 263
1. De que forma podem relacionar-se a garantia constitucional da exclusividade do direito de autor positivada no artigo 5º, XXVII, da Constituição Federal de

um lado, e os direitos constitucionais do interesse social pelo acesso ao conhecimento, à informação e à cultura e a função social da propriedade de outro?.. 263
2. A Convenção de Berna em seu artigo 9º, alínea 2, e o TRIPS em seu artigo 13 devem ser considerados na interpretação a ser dada ao artigo 46, II, da LDA? De que forma? ... 269
3. Por representar uma exceção à exclusividade do direito de autores explorarem economicamente suas obras literárias o artigo 46, II, da LDA deve ser interpretado restritivamente? ... 273
4. A exceção do Direito de Autor disciplinada no Artigo 46, II, da LDA compreende tão-somente o requisito "pequeno trecho"? Em caso negativo, os demais requisitos compreendidos nesse dispositivo legal devem ser considerados de forma cumulativa? A ausência de algum desses requisitos afasta a aplicação do Artigo 46, II, da LDA? ... 276
5. Como deve ser considerado o requisito "ausência de lucro" previsto no artigo 46, II, da LDA? A remuneração paga ao demandado (e.g. pessoa que manuseia uma máquina copiadora em um centro de cópias) de uma cópia de livro revelaria o "intuito de lucro" vedado no artigo 46, II, da LDA ou seria uma mera remuneração por um serviço prestado? ... 277
6. O "copista" mencionado no artigo 46, II, da LDA seria o demandante da cópia de livro (e.g. estudante) ou seria o demandado (e.g. pessoa que manuseia máquinas copiadoras em centros de cópias) que a realiza? ... 281
7. A conduta da ABDR de buscar a observância de todos os requisitos elencados no artigo 46, II, da LDA por meio de ações judiciais e/ou policiais pode ser considerada como abuso do direito de exclusividade do direito de autor? ... 282
Referências Bibliográficas ... 285

Reflexões sobre a Revolução Tecnológica e a Tutela da Propriedade Intelectual – *Marcos Wachowicz* ... 289
1. Introdução ... 289
2. A Revolução Tecnológica e a Tecnologia da Informação ... 293
3. O Direito de Propriedade Intelectual e os Bens Informáticos ... 296
4. A Sociedade da Informação e a Era Informacional ... 299
5. Evolução Tecnológica e Evolução Social ... 301
6. Considerações Finais ... 302
Referências Bibliográficas ... 304

Cópia Privada de Livros: Diferenças entre o Tratamento Espanhol e o Brasileiro – *Mariana Costa Barbosa* ... 307
1. Introdução ... 307
2. A Cópia Privada de Livro no Brasil ... 308
3. A Função Social da Cópia Privada ... 309
4. O Tratamento da Cópia Privada no Ordenamento Espanhol ... 310
4.1. O direito de compensação por cópia privada ... 312

4.2. Elementos subjetivos do pagamento: devedores (principais e subsidiários) e credores 313
4.3. Elementos objetivos do pagamento 315
4.4. A quem se deve pagar: entidades de gestão 317
4.5. Divisão dos valores arrecadados 318
5. Proposta de Mudança do Tratamento da Cópia Privada no Brasil 319
6. Referências Bibliográficas 321

Revisitando os Contratos Envolvendo Direitos de Propriedade Industrial: A Função Social, o Efeito Relativo, a Regulação e a Autonomia Privada – *Milton Lucídio Leão Barcellos* 323
1. Introdução 323
2. Função social e regulação dos contratos 324
3. Os princípios do efeito relativo e da autonomia privada 333
4. A convivência de princípios aparentemente conflitantes 335
5. A função social, o efeito relativo, a regulação e a autonomia privada nos contratos de transferência e licenciamento de direitos de propriedade industrial . 336
6. Considerações finais 341
Referências Bibliográficas 344

Marcas e sua Importância para os Consumidores – *Natália de Campos Aranovich*.. 347
1. Introdução 347
2. As Marcas 347
3. Novidade e Veracidade da Marca e o Papel do Consumidor 349
4. Princípio da confiança e a proteção do consumidor 352
5. Importância da Figura do Consumidor no Direito Marcário 356
6. Considerações 358
Referências Bibliográficas 359

Cópia Privada: Em Busca do Equilíbrio Adequado Uma Sugestão de Abordagem para o Direito Brasileiro Frente às Tecnologias Digitais – *Rodrigo Azevedo, Nicolás Hermida* 361
Introdução 361
1. O Acesso a Obras Intelectuais na Era Digital e a Regulamentação da Exceção de Cópia Privada no Brasil 366
2. Abordagem Sugerida para Reforma da Exceção Legal de Cópia Privada no Brasil 371
Considerações finais 383
Referências Bibliográficas 383

Direito de Seqüência e o Porquê de sua Inconseqüência – *Rodrigo Moraes* 389
1. Considerações Iniciais 389
2. Evolução Histórica, Terminologia e Conceito de Direito de Seqüência 390
2.1. Evolução histórica 390

2.2. Terminologia 393
2.3. Conceito 394
3. Fundamentos do Instituto 395
4. Características e Natureza Jurídica 398
5. Objeto de Proteção 399
6. Modalidades de Sistema 401
7. O Retrocesso da Atual Legislação Brasileira 402
8. A Importância da Gestão Coletiva 411
9. Considerações 413
Referências Bibliográficas 414

Estatutos Jurídicos à Luz dos Sistemas de Proteção dos Direitos Intelectuais no Contexto Econômico Internacional – *Viviane Romeiro, Nivaldo dos Santos* ... 417
1. Introdução 417
2. Aspectos históricos 419
3. Globalização no Sistema de Proteção dos Direitos Intelectuais 420
4. Divisores globais da inovação tecnológica 421
5. Direitos Intelectuais e regulação no Cenário Internacional 422
6. Considerações Finais 423
Referências Bibliográficas 424